

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2010 A DEZEMBRO/2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	251.632.251,24	37,00
Pessoal Ativo		
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)		
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	7.867.419,79	
Demais Despesas com Pessoal Ativo	215.768.014,46	37,00
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)		
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	27.996.816,99	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	66.850.009,09	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial	7.867.419,79	
Despesas de Exercícios Anteriores	14.532.919,62	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	22.878.193,72	
Imposto de Renda Retido na Fonte (*)	21.571.475,96	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	184.782.242,15	37,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	184.782.279,15	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	3.570.593.423,03	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	5,18%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6 %	214.235.605,38	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,70%	203.523.825,11	

FONTE:

1 - R.C.L.- R\$ 3.715.154.433,38, conforme Portaria nº 023/GECON/GAB/CGE, de 25 de janeiro de 2011.

2 - Despesa Liquidada com Pessoal - valores registrados nos Balancetes Mensais - SIAFEM/10.

3 - O Relatório de Gestão Fiscal está consubstanciado na Portaria n. 462, de 05/08/2009, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Apuração dos limites:

Na apuração dos limites foi deduzido (não computado) o IRRF, embasado no Parecer do TCER a saber:

(*) Fundamento Legal: Parecer Prévio nº 056/2002/TCER, publicado no D.O.E. nº 5155, de 23/01/03.

Porto Velho (RO), 27 de janeiro de 2011.

Des. Cássio Rodolfo Sbarzi Guedes
Presidente

José Leonardo Gomes Donato
Adm. CRA RO 370/RD
Secretário Administrativo

Antonio Andrade Filho
Cont. CRCRO 000679/O-7
Coordenador de Controle Interno

Belª. Samantha das Neves Lebre
Dir. em Exercício do Deptº. de
Economia e Finanças

Fabiano Altino de Sousa
Cont. CRC-RO 004830/O-5
Diretor da Divisão de Contabilidade